



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE À DISTÂNCIA**

AURICÉLIA MOURA BIANOR

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE
DOWN NO ENSINO REGULAR: REALIDADE E POSSIBILIDADES**

Orientadora: Prof^ª. Ms. MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA

JOÃO PESSOA -PB

2017

AURICÉLIA MOURA BIANOR

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE
DOWN NO ENSINO REGULAR: REALIDADE E POSSIBILIDADES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Pedagogia na modalidade EaD, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de pedagoga.

Orientadora: Prof^ª. Ms. MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA

JOÃO PESSOA -PB

2017

B578p Bianor, Auricélia Moua.

O processo de inclusão de alunos com síndrome de Down no ensino regular: realidade e possibilidades / Auricélia Moura Bianor. – João Pessoa: UFPB, 2017.

35f. ; il.

Orientadora: Márcia Paiva de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Síndrome de Down. 2. Inclusão escolar. 3. Ensino regular.
I. Título.

UFPB/CE/BS
056.36(043.2)

CDU: 376-

AURICÉLIA MOURA BIANOR

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE
DOWN NO ENSINO REGULAR: REALIDADE E POSSIBILIDADES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Pedagogia na modalidade EaD, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de pedagoga, apreciada pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Ms. MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA
Orientadora/UFPB

Prof^ª. Ms. SANDRA CRISTINA MORAIS DE SOUZA
Examinadora/UFPB

Prof^ª. Ms. KALINA DE FRANÇA OLIVEIRA
Examinadora /UFPB

Aprovada em: 18/07/2017

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso primeiramente a Deus, aos meus familiares, em especial à minha mãe, que é a minha base, e ao meu pai (*in memoriam*), e aos meus amigos, que no decorrer dessa jornada me deram força para o meu crescimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu sabedoria, inteligência e oportunidade de realizar o meu sonho.

À minha família, por cuidar de mim sempre que se fez necessário no decorrer dessa jornada.

À minha orientadora, Márcia Paiva de Oliveira, por ter construído comigo, passo a passo, este trabalho, sempre dedicada e compreensiva. Obrigada por todas as orientações recebidas.

“A inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as igualdades”

Paulo Freire

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso versa sobre a inclusão escolar de alunos com Síndrome de Down (SD) no ensino regular. Esse é um processo difícil, em função da falta de preparo de docentes para esse fim. A SD é causada por uma alteração genética que acontece no cromossomo 21, com a presença de um cromossomo extra. As pessoas com SD têm déficit cognitivo e, portanto, não aprendem os conhecimentos trabalhados da mesma forma que os alunos com desenvolvimento típico, o que demanda trabalho curricular diferenciado. As pessoas com SD apresentam um atraso não só no seu desenvolvimento intelectual, mas também no motor, em função da hipotonia muscular. Contudo, esse atraso no desenvolvimento cognitivo e motor não implica necessariamente em uma má qualidade de escolarização e da vida em geral. Entretanto, estimulações devem ser feitas por diversos profissionais, não deixando só para a escola a responsabilidade pelo desenvolvimento dos alunos com SD. Quando estimuladas desde cedo poderão ter um bom desenvolvimento neuropsicomotor. Sendo assim, este estudo realizado a partir de pesquisas bibliográfica e de campo tem como objetivo analisar a inclusão do aluno com SD no ensino regular de uma escola da rede municipal de Borborema – PB. Buscou-se informações através da literatura sobre o que é SD e a importância da escolarização para o desenvolvimento e consequente inclusão social. Esse estudo refere-se a uma pesquisa exploratória descritiva, cuja população constou com a presença de 3 (três) professores de indivíduos com SD, que moram na região de Borborema-PB e (1) Gestor. Para a coleta de dados foi utilizado uma entrevista semiestruturada, a qual procurou saber como se dá a inclusão escolar dos indivíduos Down.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão escolar. Ensino Regular. Família.

ABSTRACT

This work of conclusion of course is about the school inclusion of students with Down Syndrome (DS) in regular education. This is a difficult process due to the lack of preparation of teachers for this purpose. SD is caused by a genetic change that occurs on chromosome 21, with the presence of an extra chromosome. People with DS have cognitive deficits and, therefore, do not learn the knowledge worked in the same way as students with typical development, which demands differentiated curricular work. For, people with Down syndrome present a delay not only in their intellectual development, but also in the motor, due to muscular hypotonia. However, this delay in cognitive and motor development does not necessarily imply poor quality of schooling and life in general. However, stimulation should be done by several professionals, not only leaving the school responsible for the development of students with DS. When stimulated early on, they may have a good neuropsychomotor development. Thus, this study based on bibliographical and field research aims to analyze the inclusion of the student with SD in the regular school of Borborema - PB municipal network. Information was sought through the literature about Down Syndrome and the importance of schooling for development and consequent social inclusion. This study refers to a descriptive exploratory research, whose population consisted of the presence of 3 (three) teachers of individuals with DS, living in the Borborema-PB region and (1) Gestor. For data collection, a semi-structured interview was used, which sought to know how the school inclusion of Down individuals occurs.

Key words: Down syndrome. School inclusion. Regular education. Family.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	11
2- A RESPEITO DA SÍNDROME DE DOWN	12
3- A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA .	15
3.1 A INCLUSÃO EDUCATIVA.....	15
3.2 PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA	17
4- METODOLOGIA	18
4.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO	18
4.2 PARTICIPANTES DO GRUPO AMOSTRAL	18
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	18
4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	19
a. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	20
5- RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
7- REFERÊNCIAS	27
ANEXO 1.....	31
ANEXO II.....	32
APÊNDICE I.....	33
APÊNDICE II	34

1- INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como propósito expor o resultado de uma pesquisa bibliográfica e de campo que evidencia o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down no ensino regular de uma escola Municipal de Ensino Fundamental, região do brejo paraibano. Para concretizar o estudo foi realizado um levantamento teórico e aplicação da pesquisa junto aos professores da referida rede de ensino, contemplando os objetivos propostos.

Iniciamos o texto expondo um breve histórico da Síndrome de Down, suas principais características e comprometimentos cognitivos, visto a necessidade de conhecer mais profundamente a síndrome. Destacamos também como a criança com SD convive em seu âmbito familiar e social e, deste modo, a importância de estimular precocemente essas crianças.

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a inclusão escolar no ensino regular de crianças e adolescentes com Síndrome de Down. O agente fundamental na ação educativa é o professor, e esse fato é consenso de muitos estudiosos da educação. Seguindo este pensamento surge a inquietação em saber se os professores estão preparados para a prática da inclusão educativa, para tanto questiona-se qual a percepção dos professores sobre a inclusão de pessoas com Síndrome de Down na escola regular? Tal questionamento buscaremos responder no decorrer do estudo. Quanto aos objetivos específicos, visamos: verificar a percepção dos docentes acerca da inclusão de pessoas com SD na escola; identificar o que os professores entendem sobre inclusão; avaliar as atitudes dos professores frente à aprendizagem do sujeito com SD na classe regular; constatar se o professor reconhece ou não as diretrizes a serem percorridas para exercer a inclusão educativa de pessoas com SD.

Para concretizar o estudo empírico foi realizada a coleta de dados dentro da perspectiva da pesquisa exploratória descritiva com três professores e um gestor do município já mencionado. Os dados coletados foram analisados a luz da pesquisa qualitativa. Para finalizar o estudo, foi feita a análise dos resultados da pesquisa, com o detalhamento dos achados do estudo, confrontados com os dados teóricos.

2- A RESPEITO DA SÍNDROME DE DOWN

Em termos de incidência, a síndrome de Down acontece numa proporção de 1 para cada 600 nascimentos. Essa síndrome é considerada como cromossômica, sendo o primeiro distúrbio descoberto pelo homem.

Não existem relatos referente aos primeiros casos da Síndrome de Down. Até porque, historicamente o percentual de pesquisadores que tinham interesse por problemas genéticos era muito pequeno. Outro detalhe para não ter havido a identificação da Síndrome a mais tempo, foram infecções e desnutrição que eram determinantes no século XIX, ocultando os problemas genéticos e malformações. A medicina também era pouco evoluída e muitos nascido com SD faleciam ainda bebês por comprometimentos cardiopulmonares.

Muitos pesquisadores observaram algumas particularidades presentes em pessoas com Síndrome de Down, mas somente John Langdon Down realizou um detalhamento de todos os pontos da Síndrome de Down. Em suas palavras: O cabelo não é preto, como é o cabelo de um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, liso e escasso. O rosto é achatado e largo. Os olhos posicionados em linha oblíqua. O nariz é pequeno. Estas crianças têm um poder considerável para a imitação.

Contudo, outros detalhes podem ser observados ao nascimento da criança, como exemplo: peso menor se comparado à criança sem a Síndrome, os bebês são bastante sonolentos e normalmente tem dificuldade na sucção e deglutição. É importante destacar que a presença dos sinais representados oriente a possibilidade de diagnóstico de Síndrome de Down sendo indispensável para detectar tais sinais, que podem estar presentes em indivíduos ditos “normais”.

Segundo Voivodic (2004), não devemos esquecer, em nenhum momento, das grandes diferenças existentes entre os vários indivíduos com SD no que se refere ao próprio potencial genético, características raciais, familiares e culturais, para citar apenas algumas e que serão poderosos modificadores e determinantes do comportamento a ser definido como características daquele indivíduo. (SCHWARTZMAN, 1999, p. 58, *apud* VOIVODIC, 2004).

Frequentemente a sociedade tem o costume de caracterizar as crianças com Síndrome de Down atribuindo particularidades como: docilidade, afetividade, teimosia, entre outras, porém estes detalhes não querem dizer que todas têm a mesma personalidade.

Milani, no começo da década de 1930, alguns médicos presumiam que a síndrome seria o resultado de um problema cromossômico. Sendo que essas técnicas não eram aprofundadas

a ponto de justificar a teoria. Apenas quando os métodos laboratoriais tornaram acessíveis em 1956, proporcionaram aos estudiosos possibilidades para que estudassem melhor os cromossomos e notassem que, ao invés dos 48 cromossomos, havia 46 em cada célula humana normal. Três anos depois, Lejeune (2006, p. 24) constatou que as crianças com a síndrome possuíam um cromossomo a mais, com três cromossomos 21, o que levou ao termo trissomia.

Quanto à SD, ela é uma alteração genética caracterizada pela existência de um cromossomo adicional no par 21, chamada também do par 21. Geralmente, as células reprodutivas (espermatozoides e óvulos) têm 23 cromossomos cada, no instante da fecundação, em circunstâncias normais, será concebida uma célula com 46 cromossomos. Seguidamente, iniciará o processo de divisão celular, que produzirá outra com 46 cromossomos e assim subsequentemente. No entanto no momento da divisão celular, não ocorre a separação adequada dos cromossomos do par 21, dois cromossomos 21 ficam “conectados”. Sendo assim as células serão uma de 47 e outra de 45 cromossomos, (onde esta última é descartada).

Conforme a divisão celular prossegue, vai produzindo mais células com 47 cromossomos, dessa forma então se diz que houve a Trissomia do Par 21 (por não afastamento), e cerca de 95% dos casos de Síndrome de Down são dessa natureza). 3% dos casos de Síndrome de Down são por Trissomia de Translocação, sendo o total de cromossomos nas células e de 46, seguido do cromossomo 21 extra, está unido a outro cromossomo, formando novamente um total de três de cromossomos 21 presentes em cada célula.

Portanto, o terceiro cromossomo 21 não é livre, sendo ligado a outro cromossomo, frequentemente ao cromossomo 14, 21 ou 22. É fundamental enfatizar que o cromossomo 21 extra ou parcela dele pode se unir a outros cromossomos. Na Translocação os cromossomos passam por uma ruptura na sua região central. Há uma união entre os dois braços mais longos e perda dos dois braços curtos.

Nos 2% restantes transcorre a Síndrome de Down por mosaïcismo, portanto é quando ocorre um “erro” na segunda ou terceira divisão das células, que geram células normais e células trissômicas. Após o nascimento do bebê, algumas células com 47 cromossomos e outras células com o número normal de 46 cromossomos. Representando assim um quadro em mosaico, por isso o termo mosaïcismo.

Inúmeros autores esclarecem que o mosaïcismo dispõe de um fenótipo, mais leve da síndrome e conservam um desempenho intelectual melhor que os que possuem a Síndrome de Down por Trissonomia 21.

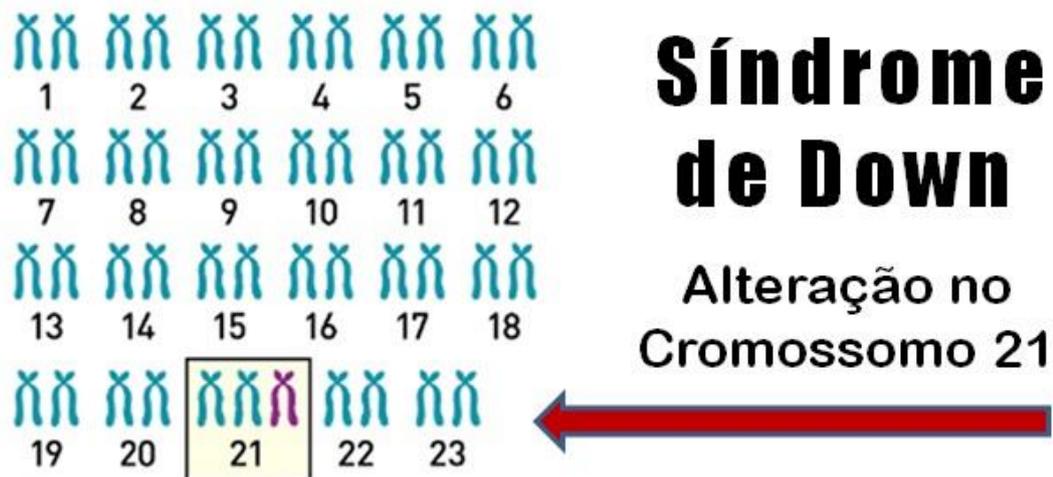
Até o momento não é conhecido o motivo pelo quais os cromossomos não se separam corretamente, tal como o porquê das células não se dividirem apropriadamente. Assim, seja qual for o tipo de Síndrome de Down, será sempre o cromossomo 21 o responsável pelos traços específicos e função intelectual, analisados na maioria das crianças que têm esta Síndrome.

Segundo Werneck (1995.p.60):

[...] no caso da Síndrome de Down, um dos sintomas é a deficiência mental, por excesso de material genético, causado pela anomalia cromossômica, onde várias reações químicas que são apropriadas ao organismo não tem um bom desempenho para que reajam de forma apropriada. Mas, além dessas razões de ordem biológica, fatores de ordem ambiental podem limitar a função intelectual [...].

A limitação intelectual provocada pela SD, deve ser amenizada pela família, sendo ela responsável por todos os cuidados e suporte que a criança com a Síndrome tem ou possa vir a ter. Contudo, podemos afirmar que a evolução da criança com SD decorrerá principalmente do meio em que ela está inclusa. A escola é certamente um dos meios mais propícios ao desenvolvimento da pessoa com SD. No próximo capítulo verificaremos melhor essa informação.

FIGURA 1



FONTE: <http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-28.pdf>

3- A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA

O termo inclusão remete a várias interpretações, inclusive a integração, que não caracteriza verdadeiramente a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. Integrar a pessoas com deficiência na sociedade não é a mesma coisa que incluí-la. Incluir é dar condições de participação efetiva com equidade. No próximo item analisaremos melhor os pressupostos da inclusão escolar dos alunos com Síndrome de Down.

3.1 A INCLUSÃO EDUCATIVA

A inclusão educativa busca estruturar meios que tragam uma aprendizagem significativa para todos os alunos, como cita Carvalho (2004, p. 65), “a educação inclusiva procura modos e meios de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente”.

Na atualidade, o termo inclusão está relacionado com diversos aspectos, porém muitas vezes alguns docentes ao tratarem questões sobre inclusão tendem a associar com pessoas com deficiência, de forma rara referindo-se a pessoas com altas habilidades/superdotados ou aos que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas não apresentarem deficiência e, muito menos a outras minorias excluídas, como exemplo, negros, ciganos, anões, etc. (CARVALHO, 2004, p.26).

No entanto, vale ressaltar que, as políticas voltadas para as pessoas com deficiências são muitas e mais destacadas (de forma midiática) pelo próprio estado, com isso pode-se justificar essa associação da inclusão educativa (de uma forma geral) com a inclusão (de forma específica) da pessoa com deficiência. No entanto, como cita Rocha e Miranda (2009, p. 32), “aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para a educação de pessoas com deficiência, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos”.

Por outro lado, a escola, mesmo consciente da necessidade da prática da inclusão educativa, como meio de qualidade na educação, não se sente preparada para receber os indivíduos com deficiência, porém, como afirma Carvalho (2004, p. 15):

[...] precisamos entender que escolas receptivas e responsivas, isto é, inclusivas, não dependem só e apenas dos seus gestores e educadores, pois as transformações que nela precisam ocorrer, urgentemente, estão intimamente atreladas às políticas públicas em geral.

Ao entrar na escola, o aluno com deficiência ainda encontra um espaço marcado pela lógica da homogeneidade. A pessoa que traz a marca da deficiência ainda carrega a marca do

improvável, da incapacidade, do diferente (CAIADO; ZEPPONE, 2013). Sendo assim, é necessário a contribuição do professor e da família, como afirma Bassedas et al (1996), “o professor tem a responsabilidade de estimular o desenvolvimento de todos os seus alunos pela aprendizagem de uma série de diversos conteúdos, valores e hábitos, além de transmitir e favorecer a adaptação à cultura existente”. Pois,

As dificuldades de aprendizagem são concebidas como uma forma de diversidade referente à capacidade de aprendizagem e que se reflete em vários componentes: capacidade cognitiva, interesses e motivação. De outra maneira, as necessidades educativas especiais no contexto escolar se concretizam nas chamadas dificuldades de aprendizagem (MARTÍNEZ; URQUIZAR, *apud* MATA, 2012, p.11, c.1).

Diante do exposto, fica claro que a inclusão educativa se faz necessária e importante, pois, poderá contribuir com o crescimento intelectual das minorias, proporcionando, a partir da interação com diversos tipos de indivíduos, uma aprendizagem significativa, levando o indivíduo a ser autor de seus próprios pensamentos. Sobre isso, a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2015) reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e que deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade e igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Estando assim também incluídos nessa proposta de educação inclusiva os indivíduos com deficiência mental.

Ney (2008) sugere que deve haver um planejamento criterioso e imprescindível, porém o elemento principal do eixo educacional tem de ser formado e treinado para trabalhar com os alunos desta categoria.

Portanto, a inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola é essencial para o desenvolvimento de suas habilidades, inserir essas crianças em uma sala de aula é a melhor forma de estimular suas capacidades. A escola é um lugar apropriado para qualquer aluno desenvolver suas habilidades e superar seus limites. É um rico espaço que possibilita o aprendizado por meio da interação e do interesse.

O professor terá um importante papel na vida dessas crianças, seu empenho pode fazer uma enorme diferença na vida deles, é pertinente que cada educador reavalie sua prática, ele deve possibilitar que a criança com SD desenvolva a sua autonomia, auxiliando em seu desenvolvimento.

É de grande relevância que os professores que atendem crianças com SD tenham apoio externo e orientação por especialistas. A ação da escola sem a participação multidisciplinar não surte o efeito desejado. Por exemplo, a ação do professor necessita da orientação do psicopedagogo na readaptação curricular.

É importante também a troca de experiências entre os professores da escola e de outras escolas, para o enriquecimento do trabalho de inclusão. Também, através de leituras informativas, debates e estudo de caso, na própria escola facilitarão a prática educacional para com as crianças com SD e outras deficiências. Pois, deste modo, os sentimentos de frustração, ansiedade e impotência que acometem os professores no processo inclusivo não sejam frequentes.

3.2 PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA

O primeiro contexto em que a criança inicia sua socialização é na família. É a primeira célula social que participamos, nela aprendemos valores, costumes, tradições, respeito, interação. Ela se reflete um relevante fator que é o desenvolvimento humano, onde procura assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança. Pode dizer-se, então, que a família tem um impacto significativo e uma grande influência no comportamento dos indivíduos, de ver o mundo e a construir as suas relações sociais.

A escola é um lugar que transmite conhecimentos científicos, veiculam normas sociais e os ideais da sociedade. Mais do que ensinar, a escola possui o importante papel de ser o local dos primeiros grupos sociais, então, esta permite que todos os envolvidos possam partilhar dos mesmos direitos e oportunidades para o seu desenvolvimento. Apesar de família e escola terem papéis distintos, no entanto, esses papéis se complementam no processo de construção e integração do indivíduo ao longo do seu percurso.

Sendo a família dos alunos com deficiência, ou qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem, essa relação família X escola deve ser ainda mais intensa.

Segundo Neves (2009), a relação entre a família e a escola torna-se, assim, um elemento funcional e dinâmico constituindo-se como um elemento estruturante dos dois contextos. O envolvimento dos pais na vida da escola proporciona benefícios mútuos e variados: "[...] para o desenvolvimento e aproveitamento escolar das crianças, para os pais, para os professores e as escolas e para o desenvolvimento de uma sociedade democrática".

O trabalho realizado entre família e escola é fundamental, pois muitas vezes a família é o “gancho” que o profissional precisa para começar adequadamente uma intervenção educativa. Isso além de ser benéfico ao desenvolvimento do aluno com SD, pois os educadores necessitam dessa parceria para trabalhar bem, também assim, os vínculos afetivos construídos nesta relação revelam-se importantes e são de grande valia na aprendizagem da criança com SD.

4- METODOLOGIA

4.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O estudo tem por base um delineamento transversal, compreendendo uma pesquisa de campo com metodologia descritiva, exploratória de cunho qualitativa. Portanto, essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e transversal, do tipo estudo de campo, assim chamado, pois, o pesquisador vai até o local onde ocorre o fato pesquisado, no caso a escola. A pesquisa é de campo, de acordo com Gonsalves (2002, p.27), pois “buscamos a informação diretamente com a população pesquisada [...], o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre para reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

4.2 PARTICIPANTES DO GRUPO AMOSTRAL

Contamos com a participação de 03 professores, dos 10 que são docentes na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonor Ramalho, da rede pública de ensino de Borborema – PB, pois, consideramos esta quantidade suficiente para representar a população pesquisada. Portanto, o grupo amostral é composto 04 sujeitos do grupo do magistério, sendo 01 gestor e 03 professores. O motivo da escolha de professores é pelo simples fato de ser o núcleo do objetivo da pesquisa, ou seja, analisar a percepção de professores.

Outros indivíduos e/ou profissionais foram excluídos, por motivos de não estarem incluídos no objetivo principal da pesquisa. Consideramos também os professores os principais atores do processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para realização desta pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada, pois, por se tratar da percepção dos docentes e gestores, acreditamos que a entrevista define esta percepção de forma mais apropriada. A entrevista também se torna mais flexível ao fazer com que o entrevistador deixe mais claro o significado das perguntas facilitando a adaptação dos entrevistados às circunstâncias do decorrer da entrevista (GIL, 2008).

Durante a entrevista foi utilizado um celular para gravação do áudio da fala dos participantes, assim como, foi apresentado, antes da entrevista, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada indivíduo entrevistado.

Na entrevista realizada, os participantes responderam questões subjetivas sobre a inclusão dos alunos com SD e acerca do desenvolvimento escolar dessas crianças, envolvendo temas como: relacionamentos entre pais -professor; adaptação curricular; apoio multidisciplinar para a realização do trabalho pedagógico.

Também foi aplicado um questionário sociodemográfico, com fins de construir um perfil da amostra. Nesse estudo, o questionário foi composto das seguintes questões: escola, idade, série que leciona, sexo, nível de qualificação do professor, tempo de serviço.

4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Inicialmente o projeto de pesquisa foi apresentado na instituição escolhida para realização da pesquisa, a fim de solicitar autorização para coleta dos dados. Também foi solicitada a assinatura da gestora no Termo de Anuência. Com a devida aceitação, marcamos o dia da entrevista e convidamos os professores participantes, um a um, para um local com pouco ou nenhum barulho, para a realização da entrevista. Portanto, foi feita individualmente. Os professores também foram informados da voluntariedade, do caráter anônimo e confidencial de todas as informações.

Mediante confirmação de participação na pesquisa, foi apresentado ao professor o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, baseado nos preceitos éticos vigentes para realização de pesquisa com seres humanos defendidos pela resolução nº 466/12 do CNS/MS.

Após os procedimentos iniciais, houve uma pequena explicação oral sobre a pesquisa e a contribuição desta, assim, como foi informado a cada professor a disponibilidade dos dados, caso seja de interesse, e a estimativa de prazo de conclusão da pesquisa, informando também como ter acesso ao resultado final da pesquisa. Contudo, o tempo pode ser muito relativo, pois, pode variar entre os indivíduos entrevistados, no entanto, estimamos um tempo de cinquenta minutos para cada entrevista.

a. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados de forma qualitativa, baseados nas orientações da teoria das “Análises de Conteúdos”, que se baseia em alguns pressupostos teóricos como Mucchielli e Bardin. Nessa teoria o pesquisador tem seu próprio processo de decodificação e por meio dele analisa, infere e elabora interpretações relacionadas ao conteúdo coletado. (FRANCO, 2008).

Franco (2008) expõe também que os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa. Sendo assim, a análise foi dividida em Quadros relacionados aos objetivos específicos. As tabelas foram divididas para melhor compreensão, porém, com o mesmo objetivo. Para análise e tabulação dos dados os participantes foram representados de acordo com um código codificado para cada participante (P1, P2, P3 e G1).

5- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados na pesquisa, indicam que alguns professores se sentem despreparados para atuar nas salas com crianças com Síndrome de Down, como também falta de habilidades em outras dificuldades de aprendizagem, pelo motivo de não ter uma formação inicial e continuada adequada, suficiente para lidar com a inclusão de forma competente e respeitosa, excluindo assim a pura discriminação, mas o problema se dá pela falta de conhecimento técnico e teórico.

A escola campo de pesquisa menciona ter materiais pedagógicos que servem de auxílio na aprendizagem, porém dispõe de apenas 3 professores, dos 10 que atuam na equipe escolar, que tem mais conhecimentos no trabalho com alunos com déficit de aprendizagem e também buscam estar sempre melhorando suas práticas pedagógicas.

Referente às condições da acessibilidade curricular da escola, esta possui uma sala Multifuncional AEE onde a professora que assume, tem muita habilidade e experiência. A sala contém recursos pedagógicos, uma cadeira de rodas, tevê com vídeo, uma ótima segurança para os alunos e uma alimentação de qualidade. Esses alunos que participam da rotina escolar, ficam na parte da manhã ou da tarde na sala da AEE, e metade do seu período no ensino regular, ou seja, a frequência na sala de AEE se dá no contra turno.

Em relação à formação dos professores, todos possuem formação acadêmica em várias licenciaturas. Quanto ao tempo de serviço, todos têm experiência, tendo mais de 5 anos de atuação. Contudo, apenas duas professoras possuem especializações ligadas a educação especial. Após analisar as declarações de alguns professores, foi observado que se faz necessário investimentos no processo de formação continuada, para que haja práticas

significativas para que ocorra a aprendizagem, pois muitos têm dificuldades na prática pedagógica inclusiva, por falta de conhecimento e experiência.

Tudo que foi exposto demonstra que os professores necessitam de auxílio nesse processo, favorecendo o estímulo na aprendizagem e a interação dos alunos, pois a convivência faz a diferença e os alunos Down são capazes e têm muita força de vontade em aprender, mesmo com suas dificuldades.

Fonseca (1995) acredita que é preciso preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva. Assim, eles poderão aceitar e relacionar-se com seus diferentes alunos, e conseqüentemente, com suas diferenças e necessidades individuais.

Quadro 1

1) Enquanto profissional atuante no âmbito educacional, como você entende o processo de inclusão de alunos com Síndrome de Down?	
Professora 1	Educar para crianças especiais, tem como exigência examinar com mais rigor o papel que nós professores desempenhamos em sala, e também no que diz respeito a uma qualificação para lidar com uma ampla diversidade de necessidades apresentadas por cada um dos alunos, que por muitas vezes, o ensino da criança com necessidades especiais ocorre de maneira insatisfatória pela falta de habilidade do professor em não saber lidar com determinada Síndrome, portanto o professor tem que estar preparado.
Professora 2	O professor e demais profissionais, precisam estar aptos para realizar a aprendizagem de todas as crianças portadoras da Síndrome de Down de forma participativa, pois há questões que envolve o comportamento, afeto, motivação e respeito com sua individualidade. Não é possível promover a atividade das estruturas cognitivas sem a motivação afetiva: a vontade de aprender é condição do conhecimento.
Professora 3	Considero uma missão difícil, mas não impossível. Cabe cada um dos profissionais de educação, acolher, abraçar a causa não somente com alunos portadores da Síndrome de Down, mais também todos os outros tipos de deficiência, respeitando suas limitações e aproveitando as possibilidades.

FONTE: Resultado da pesquisa.

Muitos autores ressaltam a influência do professor no processo de inclusão de alunos com deficiência. A esse respeito Mantoan (2003) ressalta que o motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (MANTOAN, 2003, p.21).

Comungo com a opinião do autor supracitado, que entende que é necessário que cada profissional, tenha o cuidado em prestar um atendimento adequado, de acordo com cada

Síndrome, e que atinja sucesso na inclusão. Que essa não seja só de corpo presente, mas é preciso criar possibilidades para alcançar processos significativos, adequando as práticas dos professores, com compromisso com a aprendizagem de alunos com deficiência, inclusive os com Síndrome de Down. Pois, muitas vezes os resultados positivos deixam de ser alcançados pela falta de comprometimento e conhecimento, bem como por não saberem lidar com determinadas situações. No entanto, é preciso que haja qualidade no atendimento em cada uma das especificidades.

Quadro 2

<i>Qual a metodologia utilizada por você para trabalhar o aluno com Síndrome de Down no âmbito escolar?</i>	
Professora 1	É necessário que o professor realize sua metodologia, organizando e planejando suas aulas, sempre revendo seu aluno especial, tornando aulas mais concretas e com mais jogos de aprendizagem para facilitar o aprendizado da sala toda, não só do Down.
Professora 2	O professor tem que criar uma aula adequada que permita um convívio em grupo mais prazeroso. A escola e o professor devem desenvolver estratégias e capacidades para o aluno especial que possam ser úteis no futuro também. É preciso despertar nos alunos uma surpresa nova a cada dia, com atividades lúdicas, como também envolvendo jogos que possibilitam o seu desenvolvimento em grupo.
Professora 3	Estabelecer uma rotina, usando recursos visuais e auditivo para melhor entendimento do conteúdo aplicado. Assim o trabalho pedagógico deve respeitar o ritmo e propiciar estímulos adequados para que desenvolvam suas habilidades.

FONTE: Resultado da pesquisa.

De acordo com Fortuna (2010), que defende o potencial do brincar para a aprendizagem, brincando ou jogando, ao mesmo tempo em que se constrói a consciência da realidade, vivencia-se a possibilidade de transformá-la, e na contradição entre liberdade e a submissão às regras, os limites ante as realidades e os desejos são experimentados, gerando um espaço de aprender fabuloso. (FORTUNA, 2010).

Sendo assim, o jogo possibilita, ao meu ver, um ambiente acolhedor, que serve de estímulo para formação e participação do aluno com Síndrome de Down em seu desenvolvimento, pois possibilita o respeito, a cooperação, a obediência as regras, e, portanto, contribui com uma melhor interação entre os sujeitos, alunos com deficiência e os demais com desenvolvimento típico.

Quadro 3

2) Você se sente capacitada para atuar em um processo de inclusão no espaço escolar?	
Professora 1	Hoje sim, mas houve época em que eu me sentia com medo, insegura e impotente para com o aluno com Síndrome de Down.
Professora 2	Às vezes sinto dificuldades, porque não tive um curso de Capacitação para lidar com aluno Down. Mas pela experiência de outra colega, eu consigo realizar um trabalho na medida das minhas possibilidades.
Professora 3	Eu sempre busco me capacitar e buscar sobre o assunto, para que eu saiba aplicar uma aula adequada, inserindo meu aluno mas observo que há professores na escola, que apenas deixa o aluno de corpo presente, só insere e não inclui. Até familiares já reclamaram de tal fato.

FONTE: Resultado da pesquisa.

Levy e Facion (2008) salientam que a inclusão é mais uma adversidade para os professores e professoras, uma vez que, geralmente, esses profissionais são colocados diante de “[...] demandas às quais nem sempre consegue responder, ou por lhe faltarem recursos, ou por não estar capacitado para isso, sente-se sobrecarregado, incapaz e adoecer” (LEVY e FACION, 2008, p. 140).

Diante dessas inquietações relatadas, podemos analisar que as formações dos professores não atendem para uma qualificação focada nas diversas Síndromes que dificultam a aprendizagem, portanto existem barreiras em saber lidar com esses alunos, pois não obtendo o suporte necessário para desenvolver o seu trabalho de forma especializada e inclusiva, esses profissionais acabam por não corresponder às expectativas dos alunos, da direção escolar, do estado, como principalmente da família.

Quadro 4

Entrevista com a Gestora	
P1	Enquanto profissional atuante no âmbito educacional, como você entende o processo de inclusão de alunos com Síndrome de Down?
R1	A escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, tanto em aspectos físicos, como também uma equipe que esteja preparada para que o aluno sintá-se inserido. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos, mas isso na prática é divergente, pois não disponibilizamos de formação continuada para auxílio aos professores.
P2	Ao promover a inclusão, é preciso rever o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da escola?
R2	Sim, O PPP deve contemplar o atendimento a diversidade e o aparato que a equipe terá para atender e ensinar a todos. No currículo prever a flexibilização com mais recursos sonoros, visuais e táteis.
P3	Como acontece a adaptação curricular para favorecer a inclusão do aluno com Síndrome de Down na sua escola?
R3	Na prática temos que trabalhar igual aos outros, cada uma tem uma particularidade. Todos os aspectos são importantes, para conseguir ajudar a criança no particular. Como a síndrome é mais evidente, tem que readaptar o mesmo conteúdo. As atividades são para ser realizadas juntas com as demais. Temos que primeiramente ter um olhar atencioso para todos os alunos. O fundamental é que ofereça oportunidades de aprendizagem, respeitando o seu tempo.

FONTE: Resultado da pesquisa.

A própria LDB reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão, ao estabelecer, em seu artigo 59, que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), é necessário que a escola tenha uma postura que proporcione em seu currículo e em suas estratégias de ensino, que favoreçam uma inclusão, não somente em suas práticas, mas também uma inclusão social que envolva a família, que é uma grande aliada na contribuição do desenvolvimento dos alunos especiais, oferecendo uma educação de qualidade.

Tudo que foi exposto indica que os professores necessitam de auxílio no processo de inclusão, considerando que é imprescindível o apoio dos profissionais especialistas, e que a escola contemple o que diz as Leis de Diretrizes Brasileira.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os achados do estudo empírico correspondem ao que os autores da área da inclusão escolar e da Síndrome de Down vêm colocando em seus escritos. Muito tem se falado que o corpo docente precisa estar capacitado, para que atendam aos alunos em cada necessidade, dando o suporte necessário as suas ações pedagógicas.

No entanto, a Educação Inclusiva na prática ainda não se configura como adequada, visto que a maioria das redes de ensino não dispõe de condições necessárias para que o objetivo seja proposto, desenvolvendo experiências promissoras, viabilizando a prioridade no cuidado compartilhado entre família/ escola e sociedade, direcionado às pessoas com deficiência.

Para tanto, no que concerne à escola, o corpo docente precisa estar capacitado, para que atendam aos alunos em cada necessidade, dando o suporte necessário as suas ações pedagógicas.

Na contramão do que se almeja, os dados coletados na pesquisa, indicam que alguns professores se sentem despreparados para atuar nas salas com crianças com Síndrome de Down, como também falta de habilidades em outras dificuldades de aprendizagem, pelo motivo de não terem uma formação inicial e continuada suficiente para lidar com os desafios da inclusão, da forma adequada e respeitosa, excluindo assim a discriminação, o preconceito de que crianças e adolescentes com Síndrome de Down não são capazes de aprender, bem como, pela falta de conhecimentos técnicos e científicos para fazer frente à escola para alunos com deficiência.

Nesse sentido, é possível estar comprometidos com a educação bem-sucedida para que seja concretizada de fato, em não deixar o aluno com Síndrome de Down apenas de corpo presente em sala de aula.

O acolhimento dos alunos com Síndrome de Down, por parte do professor, é o primeiro passo a ser dado em direção à caminhada da inclusão. A afetividade é um dos pontos mais significativos para a inclusão. Isso se aplica não é só para os que têm déficit cognitivo, como para todos que têm algum tipo de dificuldade ou com desenvolvimento típico.

Esse repensar da educação, em todas as suas situações, é um processo de formação de cidadãos, com deficiência ou não. Quando pensamos em efetivar com sucesso a escola para as pessoas com deficiência, certamente estamos falando na educação em geral.

Entende-se que esse estudo trouxe contribuições para a área da educação inclusiva e para a escolarização de alunos com Síndrome de Down. Contudo, reconhecemos os limites impostos pela natureza do trabalho, o qual pretendemos aprofundar em momento oportuno.

7- REFERÊNCIAS

ACAMPORA, Bianca. **Psicopedagogia clínica: O Despertar das Potencialidades**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

ALVES, Fátima. **Para entender Síndrome de Down**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Wak Ed, 2011.

AUGUSTO, Maria Inês Couto. **As possibilidades de estimulação de portadores da Síndrome de Down em musicoterapia**. Acesso em: 12 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.meloteca.com/musicoterapia2014/as-possibilidades-de-estimulacao-de-portadores-da-sindrome-de-down-em-musicoterapia.pdf>>

BARATA, Livia Fernandes; BRANCO, Anete. **Os distúrbios fonoarticulatórios na Síndrome de Down e a intervenção precoce**. Acessado em: 20 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v12n1/a18v12n1.pdf>.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Educação Especial. MEC/UNESCO. **Diretrizes educacionais sobre Estimulação Precoce**. Série Diretrizes, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9394/96. 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília, DF, 2001.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei no 10.172/01. 2001.

_____. Congresso/Senado. **Constituição Nacional**. Art 208, inciso III. **Da Educação**. Brasília, DF: 2015.

BOFF, Josete; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down. **Texto contexto enferm**. Vol. 17. Florianópolis: 2008. Acesso em: 31 de maio de 2017. Disponível em: <<redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/714/71417322.pdf>>.

CAIADO, Katia Regina Moreno; ZEPPONE, Rosimeire Maria Orlando. Apoios e atendimentos durante a trajetória escolar. In: CAIADO, Katia Regina Moreno. **Prática Pedagógica na Educação Especial: Multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara-SP: Junqueira&Marin, 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Medição, 2004.

CASTRO, Atonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. **Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar**. Acessado em 02 de maio de 2017. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-28.pdf>>

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais** Vol. 3. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Cruz, Carla, Pereira, Cátia, Ferreira, Crisálida, Santos, Hugo, Ribeiro, Mariana. Criança Autista: Pais e Professores – **Uma Parceria de Sucesso no Desenvolvimento de Competências**. *Millenium*, 39: 89-107. Disponível em <<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium39/6.pdf>> Acesso em 28 mar 2017.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**: Programa se estimulação precoce - uma introdução as ideias de Feuerstein. 2º Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

_____. **Escola, escola, quem és tu?** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 6ª ed., 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTÍNEZ, Tomás Sola; URQUÍZAR, Natividad López. A educação especial e os indivíduos com necessidades educativas especiais. In: **Bases Psicopedagógicas da Educação Especial**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

MATTOS, Bruna Marturelli; BELLANI, Claudia Diehl Forti. **A importância da estimulação precoce em bebês portadores de Síndrome de Down**: revisão de literatura. Acesso em 28 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.omnipax.com.br/RBTS/artigos/v1n1/RBTS-1-1-5.pdf>>

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAES, Paula Louredo. "**Síndrome de Down**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasile scola.uol.com.br/doencas/sindrome-de-down.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

NEY, Antônio. **Política educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

PEREIRA, Diana; PEREIRA, Simone. **Os estímulos às crianças com Síndrome de Down no ensino fundamental**. LINS-SP 2009. Acessado em 23 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31563975807.pdf>>

PERIN, Andréa Eugênia. **Estimulação precoce**: sinais de alerta e benefícios para o desenvolvimento. Acessado em: 22 de Maio de 2017. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/161_1.pdf

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. ed. – São Paulo: Mackenzie Ed, 1999.

TRINDADE, Cristina Maria Teixeira e CERQUEIRA, Ana Beatriz Souza. **O psicopedagogo e sua intervenção na aprendizagem de alunos com Síndrome de Down**. Acessado em: 24 de maio de 2017. Disponível em:

Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO.

<<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/30041/o-psicopedagogo-e-sua-intervencao-na-aprendizagem-de-alunos-com-sindrome-de-down#ixzz4AMK8emds>>

VARRELA, Drauzio. **Síndrome de Down**: alteração genética. Acesso em 03 de maio de 2017. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/envelhecimento/sindrome-de-down-alteracao-genetica/>>

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/a-influencia-da-atividade-ludica-em-um-portador-de-sindrome-de-down/58411>> Acessado em: 07 de Julho de 2017. Disponível em: Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO

ANEXOS
E
APÊNDICES

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Carta de Anuência

O (a) diretor (a) da Escola _____, situado à _____, concordo em participar da realização da pesquisa para construção do TCC intitulado **O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR: REALIDADE E POSSIBILIDADES**, que tem por objetivo geral analisar a inclusão do aluno com SD no ensino regular de escolas da rede municipal de Borborema – PB. Especificamente, verificar como os professores do ensino regular veem a inclusão dos alunos com Síndrome de Down.

O referido projeto é orientado pela (a) Prof^a. MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA, do curso de Pedagogia na modalidade EaD, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, email marciapaivaufpb@gmail.com, tel. (83) 996609901.

Concordo com a participação de docentes da escola sob minha responsabilidade. E estou ciente que a participação nesta pesquisa não trará complicações legais como também nenhum dos procedimentos utilizados oferecem riscos e constrangimentos aos participantes, podendo estes se retirarem da pesquisa se assim o desejarem.

Borborema, _____ de _____ 2017.

Direção do Escola

ANEXO II



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) colaborador (a),

Esta pesquisa tem o propósito analisar a inclusão do aluno com SD no ensino regular de escolas da rede municipal de Borborema – PB e está sendo desenvolvida pela aluna **AURICÉLIA MOURA BIANOR**, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof^a. MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA.

Este estudo poderá contribuir com a realização da pesquisa para construção do TCC intitulado **O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR: REALIDADE E POSSIBILIDADES**. Nesse sentido, solicita a sua participação na pesquisa e da publicação dos resultados em revista científica. Informa-se que a participação consistirá em responder à entrevista e todas as informações coletadas são de caráter sigiloso.

Esclarece-se que a anuência da participação é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não está obrigado (a) a colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Entretanto, gostaria de enfatizar a importância deste estudo para a comunidade acadêmica e para a sociedade, já que é por meio das pesquisas que os cientistas fazem descobertas e, a partir de então, ajudam com novos conhecimentos e mudanças de comportamento.

Contudo, para que a pesquisa seja realizada conforme o disposto nas Resoluções baseado nos preceitos éticos vigentes para realização de pesquisa com seres humanos, defendidos pela resolução nº 466/12 do CNS/MS (do Conselho Nacional de Saúde), é necessário documentar seu expresso consentimento.

Por fim, para os esclarecimentos que o (a) senhor (a) entender ser necessário, as pesquisadoras responsáveis colocam-se à disposição no seguinte endereço: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Educação (CE), Curso de Pedagogia (EaD), Campus I, Cidade Universitária. CEP: 58.051-900.

AURICÉLIA MOURA BIANOR

MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA

Pesquisadoras responsáveis

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para que os resultados sejam publicados.

Assinatura do Professor/a participante

APÊNDICE I**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES**

- 3) Enquanto profissional atuante no âmbito educacional, como você entende o processo de inclusão de alunos com Síndrome de Down?
- 4) Qual a metodologia utilizada por você para trabalhar o aluno com Síndrome de Down no âmbito escolar?
- 5) Você se sente capacitada para atuar em um processo de inclusão no espaço escolar?
- 6) Quais os procedimentos você utilizaria na ação inclusiva do aluno com Síndrome de Down, no que diz respeito ao currículo e sua adaptação?

Nome: _____ Idade _____
sexo _____
Formação profissional: _____
Tempo de formação: _____ Possui alguma pós-graduação? _____
Qual? _____
Tempo de atuação profissional? _____
Série de atuação:

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES

- 1) Enquanto profissional atuante no âmbito educacional, como você entende o processo de inclusão de alunos com Síndrome de Down?
- 2) Ao promover a inclusão, é preciso rever o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da *escola*?
- 3) Como acontece a adaptação curricular para favorecer a inclusiva do aluno com Síndrome de Down na sua escola?

Nome: _____

Idade _____ sexo _____

Formação profissional: _____

Tempo de formação: _____ Possui alguma pós-graduação? _____ Qual?

Tempo de atuação profissional? _____

